

ECOLOGIA INTEGRAL E JUSTIÇA CLIMÁTICA: UM APELO PROFÉTICO À AÇÃO

Para a COP30, Belém do Pará, Brasil

APRESENTADO POR: FONDAZIONE PROCLADE INTERNAZIONALE – ONLUS

Elaborado com contribuições de comunidades ligadas aos Missionários Claretianos em todo o mundo.

RESUMO EXECUTIVO

Uma década após o *Acordo de Paris sobre o Clima* (2015) e a encíclica *Laudato Si'* do Papa Francisco, o mundo encontra-se num momento decisivo. As temperaturas globais já ultrapassaram 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais, e as atuais Contribuições Nacionalmente Determinadas (conhecidas como NDC, pela sigla em inglês) prevêem um aumento catastrófico de 2,7 °C até o ano 2100. Este rumo ameaça o futuro comum da humanidade, devastando as comunidades mais pobres, os povos indígenas e os ecossistemas mais frágeis do planeta.

A COP30, convocada na região amazônica do Brasil, encarna tanto a urgência da crise ecológica quanto a promessa de uma transformação centrada na justiça. Apesar de uma caminhada sinodal junto às multidões que sofrem gravemente os impactos sociais das mudanças climáticas, unindo seu clamor ao lema brasileiro do *mutirão global*, guiados pela Doutrina Social da Igreja e pela opção preferencial pelos pobres, e alimentados pelo testemunho vivo da Família Claretiana nas comunidades que vivem na pele essas realidades, a Proclade faz um apelo às nações, instituições multilaterais, movimentos populares e sociedade civil para que ajam com determinação: promovam a ecologia integral, que une a justiça social e ambiental, e rejeitem as falsas promessas do “capitalismo verde” e das soluções tecnocráticas.

Este relatório (*policy brief*) apresenta a posição da Proclade para a COP30 através de sete apelos estratégicos que refletem os ensinamentos do Papa Francisco, as experiências das comunidades marginalizadas e a responsabilidade profética atual dos atores de fé hoje. Esses apelos abordam as injustiças estruturais incrustadas nos processos de negociação climática e propõem caminhos concretos para um futuro justo e sustentável, enraizado na dignidade humana, na soberania comunitária e na restauração ecológica.

Sete apelos estratégicos à ação

1. Eliminação imediata e justa dos combustíveis fósseis - sem demora nem exceções.
2. Financiamento climático reparador, cancelamento da dívida e plena operacionalização do Fundo de Perdas e Danos
3. Transição energética justa - descentralizada, democrática e liderada pelas comunidades.
4. Rejeição de falsas soluções e proteção dos direitos comunitários.
5. Soberania alimentar, agroecologia e direitos sobre a terra.
6. Direitos, participação e proteção das comunidades “da linha de frente”.
7. Despenalização da defesa ambiental e desmilitarização dos territórios biodiversos.

Esses apelos estão ancorados em três compromissos fundamentais: Ecologia Integral, Opção Preferencial pelos Pobres e Testemunho Profético.

1. ANTECEDENTES E CONTEXTO

[A] A crise: uma convergência de injustiças

A emergência climática é, fundamentalmente, uma crise de justiça. Não é apenas uma crise da natureza. É também uma crise de justiça processual, manifestada na estratégia calculada de atrasar decisões e obstruir os processos de negociação. Revela a existência de sistemas globais que concentram o poder, a riqueza e a tomada de decisões nas mãos de poucos, enquanto impõem danos irreversíveis à maioria. Não se trata apenas de uma degradação ambiental: é um colapso social e moral.

A magnitude da injustiça

- O ano de 2024 foi o mais quente já registrado, com uma média de temperaturas globais 1,55 °C acima dos níveis pré-industriais.
- Mais de 500 milhões de pessoas já sofrem com a desertificação e danos ecológicos irreversíveis.
- Até 2030, outras 132 milhões de pessoas poderão cair na pobreza extrema devido aos impactos climáticos, grande parte delas mulheres e meninas.
- O Sul Global, responsável por menos de 10% das emissões acumuladas, sofre 90% das perdas relacionadas ao clima.
- 3,8 bilhões de pessoas não têm proteção social contra desastres e catástrofes climáticas.

Responsabilidade e dívida ecológica

As nações ricas acumularam uma enorme dívida ecológica ao longo de séculos de extração e desenvolvimento baseados em altas emissões. O Norte Global, responsável por 75% das emissões acumuladas, deve liderar esses processos com o exemplo, passando do diálogo à implementação: eliminando progressivamente os combustíveis fósseis, oferecendo financiamento climático reparador livre de dívidas, compensando as perdas e danos e transformando suas economias de exploradoras em regeneradoras.

Criminalização e militarização: a frente oculta da defesa ambiental

Em regiões biodiversas em todo o mundo, aqueles que defendem os recursos naturais enfrentam estigmatização, criminalização, perseguição e violência. Os defensores ambientais são alvo de empresas extractivas, redes ilegais e governos que priorizam o lucro sobre a vida. Eles sofrem leis injustas, campanhas de difamação e processos fabricados para silenciar a resistência. A América Latina, a África e o Sudeste Asiático concentram a maioria dos assassinatos de líderes ambientais, onde a impunidade prevalece e a cumplicidade dos Estados é habitual.

Esses ataques não são fatos isolados, mas sintomas de um modelo de desenvolvimento predatório que valoriza o lucro acima da vida. Defender a natureza nunca deve implicar uma sentença de morte; é um direito que sustenta a própria sobrevivência do planeta. A defesa ambiental não é um crime; é um ato de sobrevivência para toda a humanidade.

O problema das falsas soluções

Os marcos dominantes atuais – como os mercados de carbono, os mecanismos de compensação, o “crescimento verde” e a extração de minerais que são matérias-primas essenciais – perpetuam os mesmos sistemas que geraram esta crise. Esses modelos mercantilizam a natureza, deslocam as comunidades indígenas e atrasam a redução real das emissões, enquanto enriquecem empresas e corporações. São mecanismos que, em vez de restaurar o equilíbrio, aprofundam ainda mais a desigualdade.

[B] A posição da Proclade e dos Claretianos: Ecologia Integral e Justiça Climática

Em diversos continentes e culturas, os Missionários Claretianos caminham ao lado de comunidades que experimentam em primeira linha o sofrimento e a resistência: povos indígenas que defendem suas terras ancestrais, famílias deslocadas por conflitos ou desastres, migrantes em busca de dignidade e pobres urbanos que lutam por justiça. Eles não se limitam a acompanhar essas comunidades solidariamente, mas encarnam essa solidariedade através de sua presença e seu serviço. Ao se encontrarem com essas comunidades, eles testemunham como o colapso climático se transforma em violência contra os vulneráveis, mas também descobrem experiências de resiliência, solidariedade e harmonia ecológica que sustentam a esperança e inspiram a transformação.

O carisma claretiano - o anúncio da libertação aos oprimidos - nos impele a proclamar a verdade na COP30. Rejeitamos as ilusões do mercado e o incrementalismo. O mundo precisa de uma conversão ecológica e de uma transformação estrutural baseadas na ecologia integral, nos direitos humanos e na justiça para os pobres.

A incidência da Proclade na COP30 configura-se a partir de três compromissos inter-relacionados, inspirados no testemunho vivo dos Missionários Claretianos em muitas missões nas periferias:

I. Ecologia Integral

A devastação ambiental e o sofrimento humano têm a mesma raiz: sistemas exploradores que mercantilizam tanto as pessoas como a casa comum. A verdadeira restauração ecológica exige uma transformação social que pressupõe mudanças políticas profundas e a aplicação real de decisões. Defender a dignidade humana e restaurar a integridade da Terra são uma e a mesma tarefa. Como lembra o Papa Francisco em *Laudato Si'*: “Tudo está conectado”. A COP30 deve refletir esta verdade inseparável: o cuidado das dimensões terrena, humana e espiritual leva a uma compreensão integral da realidade e do seu cuidado.

2. Opção preferencial pelos pobres

A ação climática deve ser avaliada pelo benefício que oferece aos mais vulneráveis. As políticas devem ser avaliadas com base em indicadores que meçam seu impacto na melhoria das condições dos pobres, empoderem as comunidades mais diretamente afetadas pelos problemas, garantam acesso direto ao financiamento, protejam as terras indígenas e defendam os direitos dos trabalhadores informais e dos pequenos agricultores. Qualquer solução que marginalize ou desloque os pobres não é uma solução.

3. Testemunho profético

A fé exige coragem para nomear a injustiça e enfrentá-la, e permanecer ao lado daqueles que a sofrem. Isso implica desafiar o extrativismo, a transformação da dívida em servidão, o militarismo e a apropriação indevida por parte de empresas e corporações. Significa promover a solidariedade, a suficiência e a restauração, e apoiar os movimentos liderados por povos indígenas, mulheres, jovens e pobres. Nossa influência não surge da teoria, mas da experiência vivida por aqueles que resistem, reconstruem e reimaginam a vida em harmonia com a criação.

2. SETE CHAMADOS ESTRATÉGICOS À AÇÃO

Apelo 1: Eliminação imediata e justa dos combustíveis fósseis, sem demoras nem exceções

A COP30 deve adotar compromissos vinculativos e com prazos definidos para pôr fim a toda a extração e subsídio de combustíveis fósseis. Os países desenvolvidos devem completar a eliminação total até 2040, e os países em desenvolvimento até 2050, com o apoio do Norte Global por meio de subsídios, alívio da dívida e transferência de tecnologia. Todos os novos projetos fósseis devem cessar imediatamente.

Os US\$ 7 trilhões gastos anualmente em subsídios aos combustíveis fósseis devem ser redirecionados para sistemas de energia renovável controlados pelas comunidades, que garantam acesso, equidade, propriedade local e benefícios compartilhados. Os combustíveis fósseis são incompatíveis com a estabilidade climática e a justiça. Sua expansão contínua aprofunda a desigualdade, destrói ecossistemas e acelera o colapso planetário.

Os esquemas de “emissões líquidas zero” baseados em compensações ou captura de carbono apenas prolongam a dependência extrativa. Em contrapartida, uma eliminação justa coloca em primeiro plano a dignidade humana e o bem-estar comunitário. Uma transição justa requer trabalho digno, proteção social e sistemas de energia renovável geridos democraticamente pelas comunidades.

A COP30 deve integrar as metas de eliminação dos combustíveis fósseis em todas as contribuições determinadas nacionalmente (NDC), com cronogramas claros, metas setoriais e mecanismos de cumprimento. A transição deve respeitar a liderança comunitária e garantir o consentimento livre, prévio e informado (CLPI).

Não pode haver justiça climática sem uma eliminação completa e justa dos combustíveis fósseis, sem atrasos ou exceções.

Apelo 2: Financiamento Climático Reparador, Cancelamento da Dívida e Plena Operacionalização do Fundo para Perdas e Danos

O financiamento climático global deve passar da caridade para a reparação e a justiça. O sistema atual aprofunda a dependência e a dívida, permitindo que o Norte Global continue poluindo impunemente. O verdadeiro financiamento climático começa com o cancelamento da dívida

das nações empobrecidas e com o reconhecimento da dívida ecológica: a obrigação moral e material dos países ricos e com altas emissões de retribuir o que devem por séculos de destruição ambiental.

Todo financiamento deve ser baseado em doações, livre de condicionalidades corporativas ou de austeridade. O Fundo para Perdas e Danos deve ser totalmente implementado, com uma dotação mínima de US\$ 300 bilhões por ano, permitindo o acesso direto a ele por comunidades locais, povos indígenas e organizações de base.

Uma arquitetura financeira centrada na justiça deve estabelecer um novo objetivo coletivo que responda às necessidades de adaptação e mitigação, priorizando o Sul Global.

O financiamento também deve reconhecer as perdas não econômicas, como as do patrimônio cultural, dos meios de subsistência tradicionais e dos laços espirituais com a terra e os ecossistemas.

O financiamento reparador não é ajuda; é restituição pelos danos causados e um investimento na sobrevivência compartilhada.

A Proclade exorta a COP30 a institucionalizar esse modelo financeiro centrado na justiça por meio da Rede de Santiago sobre Perdas e Danos, (*A Rede de Santiago sobre Perdas e Danos é um mecanismo da ONU que apoia países vulneráveis a lidar com os impactos climáticos e proteger os defensores do meio ambiente*) ampliada para o acesso direto das comunidades, e por meio de um Observatório da Dívida e do Desenvolvimento que garanta a prestação de contas. Todo financiamento climático internacional deve cumprir os padrões de direitos humanos e a responsabilidade liderada pelas comunidades.

A era do financiamento climático impulsionado pela dívida e gerenciado de cima para baixo deve chegar ao fim. A justiça exige reparação, não caridade.

Apelo 3: Transição Energética Justa: descentralizada, democrática e liderada pelas comunidades.

Uma transição energética justa deve servir às pessoas, não ao lucro. Deve colocar os trabalhadores e as comunidades, e não as empresas e corporações, no centro do processo. Os trabalhadores devem participar ativamente por meio de negociação coletiva, salários dignos e representação sindical.

Os fundos de transição devem ser publicamente responsáveis e livres do controle exclusivo de empresas ou governos.

Os sistemas de energia renovável devem ser descentralizados, geridos de forma cooperativa e regidos por critérios de consentimento livre, prévio e informado. Nenhum projeto “verde” deve ser implementado em terras indígenas sem consentimento e sem repartição justa dos benefícios. A transição também deve incluir justiça no transporte, garantindo sistemas públicos acessíveis, baratos e seguros, e protegendo os direitos trabalhistas daqueles que os sustentam.

A Proclade propõe a criação de um Fundo Global para a Transição Justa, administrado por representantes dos trabalhadores e das comunidades, e a formação de Conselhos Nacionais de Transição Justa que garantam a transparência.

A energia não é uma mercadoria: é um direito humano. Uma transição democrática e comunitária alimenta a dignidade e a vida para todos.

Apelo 4: Rejeição de falsas soluções e proteção dos direitos comunitários

A COP30 deve rejeitar os mercados de carbono, os mecanismos de compensação e as promessas de “emissões líquidas zero” que mercantilizam a natureza e perpetuam a injustiça.

Essas falsas soluções permitem que os poluidores continuem emitindo enquanto deslocam comunidades indígenas e locais.

A Proclade também rejeita as “transições verdes extrativistas” que exploram minerais críticos — como lítio ou cobalto — em territórios indígenas ou comunidades agrícolas sem consentimento livre, prévio e informado. Em vez disso, as nações devem se comprometer com modelos de suficiência e economia circular que reduzam a demanda por materiais, em vez de reproduzir o extrativismo sob um rótulo verde.

Rejeitamos igualmente a financeirização da natureza por meio de créditos de biodiversidade ou títulos azuis, que minam a sacralidade da criação. Os megaprojetos renováveis impostos sem consentimento repetem a lógica do colonialismo energético, deslocando populações e destruindo ecossistemas disfarçados em um discurso “verde”.

A Proclade propõe um Pacto Mundial para a Proibição de Soluções Falsas. Todo investimento climático deve passar por rigorosas avaliações de direitos humanos e impacto ambiental.

As verdadeiras soluções são aquelas que restauram o equilíbrio e respeitam os direitos das comunidades, os primeiros guardiões da criação.

Apelo 5: Soberania Alimentar, Agroecologia e Direitos sobre a Terra

Os sistemas alimentares globais devem passar da agricultura industrial para modelos agroecológicos e comunitários. A agricultura industrial é responsável pela desflorestação, pela degradação do solo e por quase um terço das emissões globais. Pelo menos 30% do financiamento climático deve ser destinado a iniciativas agroecológicas lideradas por pequenos agricultores, povos indígenas e comunidades campesinas, garantindo autonomia e autossuficiência local.

A soberania alimentar começa com a segurança na posse da terra e os direitos territoriais. A COP30 deve afirmar a propriedade indígena e camponesa da terra como elemento central da mitigação e adaptação climática.

O desmatamento zero até 2030 só será possível por meio da proteção territorial e da gestão indígena das terras, e não por meio de mecanismos de compensação baseados no mercado.

Os governos devem pôr fim ao acaparamento de terras, garantir o CLPI e assegurar a igualdade de gênero na propriedade e na tomada de decisões sobre a terra e a alimentação.

Os marcos comerciais agrícolas devem ser reorientados para apoiar a agroecologia, proteger as sementes autóctones e os conhecimentos tradicionais e promover mercados locais que fortaleçam a resiliência e a segurança alimentar comunitária.

A agroecologia não é nostalgia, é o futuro de economias resilientes, justas e nutritivas. A alimentação não é uma mercadoria; é um direito humano.

Apelo 6: Direitos, participação e poder das comunidades mais afetadas

As comunidades mais afetadas — povos indígenas, mulheres, jovens e grupos marginalizados — devem passar da margem para o centro da governança climática.

A justiça climática não pode ser alcançada por meio de consultas simbólicas ou inclusões decorativas; ela requer redistribuição de poder.

A COP30 deve institucionalizar mecanismos que garantam autoridade compartilhada na tomada de decisões, consentimento vinculativo e acesso direto ao financiamento climático para as comunidades da linha de frente. Pelo menos 50% do financiamento climático deve ser canalizado diretamente para iniciativas comunitárias de adaptação, mitigação e restauração, sem intermediários ou controle corporativo.

Os governos devem reconhecer legalmente os sistemas de governança indígena e comunitária como interlocutores em regime de igualdade na política ambiental e na gestão da terra. A sabedoria e a liderança das mulheres e dos jovens devem ser integradas nos marcos climáticos nacionais e internacionais como agentes de transformação, não como apêndices.

A participação deve significar mais do que presença: deve significar poder. As comunidades mais afetadas não são beneficiárias de ajuda; são arquitetas da sobrevivência e da regeneração.

A justiça climática exige o desmantelamento das hierarquias que as silenciam e a construção de uma governança baseada na equidade, autonomia e solidariedade.

Apelo 7: Descriminalização da Defesa Ambiental e Desmilitarização dos Territórios Biodiversos

Os defensores ambientais são líderes de primeira linha na ação climática, não criminosos.

No entanto, enfrentam perseguição sistemática, criminalização e assassinatos por parte de Estados e empresas extrativistas que procuram silenciar a resistência.

Essa violência deve cessar imediatamente.

A COP30 deve adotar compromissos vinculativos para:

1. Despenalizar a defesa ambiental e revogar todas as leis utilizadas para perseguir os defensores;
2. Estabelecer mecanismos internacionais de responsabilização pela violência contra líderes ambientais;
3. Garantir o CLPI como proteção absoluta para comunidades indígenas e locais;
4. Desmilitarizar os territórios biodiversos, pondo fim à ocupação armada que protege projetos extrativistas.

Os Estados devem criar mecanismos de supervisão independentes e liderados pelas comunidades para investigar e punir ataques, e reconhecer publicamente a custódia indígena como pilar central da mitigação climática.

A justiça ambiental deve substituir a militarização e a repressão.

Defender a vida é um direito universalmente protegido, nunca uma sentença de morte.

A proteção dos defensores ambientais é fundamental para a ação climática.

A COP30 deve descriminalizar a resistência e desmilitarizar os territórios onde a vida está sob cerco.

3. MARCADOR DE IMPLEMENTAÇÃO E AÇÕES-CHAVE

Mecanismos de Monitoramento e Cumprimento

A Proclade apela ao estabelecimento de mecanismos vinculativos de prestação de contas que garantam que os compromissos da COP30 se traduzam em ações reais e mensuráveis. Compromissos sem mecanismos de cumprimento perpetuam a injustiça. Os resultados da COP30 devem ser obrigatórios e verificáveis.

- **Observatórios de Justiça Climática Comunitária:** Redes de base dedicadas a documentar a expansão dos combustíveis fósseis, as violações de direitos e as lacunas políticas, elaborando Relatórios Climáticos Populares anuais destinados às Nações Unidas.
- **Observatório Eclesial sobre Justiça Climática:** Um mecanismo de monitoramento liderado pela fé, coordenado pela Conferência Eclesial do Sul Global e redes inter-religiosas, para avaliar os compromissos climáticos e os riscos enfrentados pelos defensores do meio ambiente. Este observatório publicará relatórios de prestação de contas baseados em princípios de moralidade e defesa dos direitos humanos.
- **Verificação e Cumprimento Independente:** Um sistema dirigido pelas Nações Unidas para monitorar as NDCs e o financiamento climático, impondo sanções ou suspensões aos países que descumprirem e garantindo compensação às comunidades afetadas por projetos injustos.
- **Perspectiva de gênero e etnia:** A implementação dos compromissos da COP30 deve adotar uma abordagem interseccional de gênero e etnia, que reconheça a liderança vital das mulheres, dos povos indígenas e das comunidades locais na defesa da terra, da água e dos ecossistemas. As políticas e os mecanismos de financiamento climático devem garantir sua participação plena e significativa na tomada de decisões e assegurar proteção contra qualquer forma de violência, exclusão ou criminalização. Integrar a justiça de gênero e a integridade cultural em cada nível de ação, monitoramento e prestação de contas não é opcional: é fundamental para alcançar a verdadeira justiça climática.
- **Apoio à sociedade civil e aos movimentos de base:** A Proclade apoia o fortalecimento da sociedade civil como espinha dorsal da justiça climática. Promete-se a amplificar as vozes de base, oferecer formação em incidência e capacidades técnicas e mobilizar instituições eclesiais para promover a conversão ecológica e a ação coletiva.

Reconhecendo as múltiplas iniciativas já empreendidas em paróquias, escolas e instituições, a Igreja é chamada a reforçar e ampliar os esforços comunitários em energia renovável, agroecologia e adaptação climática. Ao continuar expressando sua solidariedade com as comunidades que resistem ao deslocamento e à degradação ambiental, a Igreja aprofunda seu testemunho de ecologia integral e seu compromisso com o cuidado da casa comum.

4. COMPROMISSO CLARETIANO NA COP30 E ALÉM DELA

A Proclade reafirma o testemunho profético dos Missionários Claretianos e seu compromisso com a justiça por meio da fé, da ação e da solidariedade. Durante a COP30 e posteriormente, a Proclade apresentará esses sete apelos, mobilizará redes aliadas e continuará caminhando com as comunidades situadas na linha de frente para exigir que os diversos centros de poder prestem contas.

A Proclade documentará as violações dos direitos comunitários e os projetos climáticos injustos, promoverá a colaboração com a sociedade civil e os movimentos indígenas e não comprometerá os princípios fundamentais da ecologia integral e da justiça.

Além disso, colaborará com as comunidades locais para construir sistemas de energia renovável descentralizados e de propriedade comunitária, promover transições justas para os trabalhadores e impulsionar a renovação agroecológica dos pequenos agricultores.

As instituições claretianas se comprometem a abastecer suas instalações com energias renováveis, estabelecer Conselhos de Transição Justa e promover a solidariedade Norte-Sul por meio da transferência de tecnologia e da capacitação.

Os Claretianos aprofundarão sua formação na Doutrina Social da Igreja e na espiritualidade ecológica, promovendo uma conversão que resista à extração injusta e que encarne modelos alternativos de sustentabilidade.

Promoverão estilos de vida baseados na simplicidade, na solidariedade e no cuidado da criação, desenvolvendo respostas concretas à crise climática: apoio à adaptação, segurança alimentar e meios de subsistência sustentáveis.

Através da Proclade, os Claretianos fortalecerão sua colaboração com os povos indígenas, movimentos populares e organizações da sociedade civil, entrelaçando justiça, ecologia e dignidade humana em todos os continentes, para que o apelo à transformação ressoe além da COP30.

5. CONCLUSÃO: PEREGRINOS DE ESPERANÇA PELA ECOLOGIA INTEGRAL

Aproximamo-nos da COP30 como Peregrinos da Esperança - não com um otimismo ingênuo, mas com a esperança firme nascida da resistência, da fé e do compromisso compartilhado com a vida. Outro mundo é possível; ele já está sendo imaginado, cultivado e vivido pelos guardiões indígenas da Amazônia, pelos pequenos agricultores que restauram a terra, pelas mulheres e jovens que lideram movimentos pela justiça e por tantos outros que encarnam o cuidado e a criatividade em seu trabalho diário.

Em todo o mundo, educadores que despertam a consciência ecológica, profissionais da mídia que comunicam a verdade com integridade, cientistas que promovem o conhecimento para o bem comum e servidores públicos honestos que buscam uma governança ética contribuem para essa transformação em curso. Sua coragem e fidelidade nos lembram que a mudança não é apenas necessária: ela já está criando raízes em muitos corações e comunidades.

Os sete apelos deste relatório não são radicais: representam o mínimo moral exigido pela ciência, pela justiça e pela fé. A COP30 deve marcar um ponto de inflexão: passar da gestão centrada no mercado para uma conversão ecológica genuína e para a justiça estrutural.

Apelamos aos governos para que ajam com coragem; às instituições financeiras para que redirecionem seus recursos para soluções comunitárias; às empresas e corporações para que ponham fim à extração e à exploração; à sociedade civil para que se levante em unidade profética; e à Igreja para que aprofunde sua formação em ecologia integral e se mantenha, sem ambiguidade, ao lado dos pobres e do planeta.

Como escreveu o Papa Francisco em *Laudato Si'*:

"Somos chamados a ser testemunhas de uma maneira diferente de entender o progresso, onde o objetivo não é a acumulação de lucros, mas a promoção da dignidade humana".

E como afirmou o Papa Leão XIV:

"Não podemos afirmar que amamos a Deus enquanto desprezamos a sua criação. Toda pessoa de consciência deve exigir que os governos adotem e apliquem políticas ambientais justas e rigorosas."

A Proclade e os Missionários Claretianos não permanecerão em silêncio.

Proclamaremos a verdade diante do poder, permaneceremos com os vulneráveis e anunciarímos a libertação aos oprimidos.

Trabalharemos incansavelmente para que um dia a ecologia integral e a justiça climática sejam os alicerces de uma nova forma de habitar, como humanidade, esta Terra sagrada.

Esta é a nossa esperança. Este é o nosso apelo. Este é o nosso compromisso, na COP30 e além dela.

REFERÊNCIAS CHAVE

- **Papa Francisco**, *Laudato Si'* (2015); *Laudate Deum* (2023).
- **CMNUCC**, Acordo de Paris sobre o Clima (2015).
- **Nações Unidas**, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2015).
- **CIDSE**, Direitos Humanos em Energias Renováveis e Minerais Críticos (2025).
- **Caritas Internationalis, CIDSE e Pax Christi International**, Declaração Conjunta sobre Clima e Paz (2025).
- **Bispos Católicos do Sul Global**, Declaração sobre Justiça Climática e Ecologia Integral (2025).
- **Caritas, CIDSE e Fundação Heinrich Böll**, relatórios sobre dívida e financiamento.
- **Loss and Damage Collaboration, CMNUCC e Adaptation Without Borders**, estudos sobre perdas e danos.
- **WWF, Just Transition Finance Lab e Fossil Fuel Non-Proliferation Treaty Initiative**, pesquisas sobre transição energética.
- **FAO, AFSA e Aliança Global para o Futuro da Alimentação**, estudos sobre agroecologia e sistemas alimentares.

Fondazione Proclade Internazionale – Onlus

Email: cmf.ngo.un@gmail.com

Estatuto Consultivo Especial junto ao ECOSOC | Credenciada junto à UNEA | Observadora junto à CMNUCC

Novembro de 2025